

CAOI

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
BIBLIOTECA



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 80

SEXTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 1991

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	5093
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	5111
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	5113
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	5140
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	5222

Supremo Tribunal Federal

Presidência

ÍNDICE DE ADVOGADOS

AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA	1 0000488-3/600
CELSO PEREIRA DE ANDRADE	1 0021319-1/160
JOSE JAQUIR DOS SANTOS	1 0000487-5/600
PEDRO ORICA NETO	2 0000126-4/600

DISTRIBUIÇÃO

TRIGESIMA NONA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1991. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ART. 37, I RISTF).

ÀS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUÍDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

HC 0068656-7/130 DF
RELATOR : MIN. CELSO BORJA
IMPTE : MAGAR ROBERTO SCHIRMER
COATOR : TRIBUNAL MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACTE : WALDEMIR OLIVEIRA DOS SANTOS

HC 0068658-3/130 DF
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
IMPTE : SAID HALAH E OUTRO
COATOR : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACTE : SEBASTIÃO MARCOS GUIMARAES ARANTES

MS 0021319-1/160 DF
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
IMPTE : CELSO CORDEIRO COELHO
ADV. : CELSO PEREIRA DE ANDRADE E OUTRO
IMPDO : MINISTRO DA MARINHA

ADIN 0000487-5/600 DF
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
REQTE : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA
ADV. : JOSE JAQUIR DOS SANTOS E OUTROS
REQDO : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADIN 0000488-3/600 DF
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
REQTE : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS
ADV. : AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA E OUTRO
REQDO : MINISTRO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. OCTAVIO GALLOTTI		3		3
MIN. CELSO BORJA		1		1
MIN. CELSO DE MELLO		1		1
TOTAL		5		5

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO.....SONIA MARIA DE CARVALHO BARROS, DIRETORA DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E ESTATÍSTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO.

Brasília, 24 de abril de 1991.

MINISTRO SYDNEY SANCHES
Presidente

Plenário

Pauta de Julgamentos

PAUTA N. 016 - ELABORADA NOS TERMOS DO ART. 83 DO REGIMENTO INTERNO PARA JULGAMENTO A PARTIR DA PRÓXIMA SESSÃO CONTENDO OS SEGUINTE PROCESSOS:

RCL 0000350-7/190 DF
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
RCLTE : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
RCLDO : JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 18A. VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ADIN 0000126-4/600 RO
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
REQTE : GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV. : PEDRO ORICA NETO
REQDO : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Brasília, 24 de abril de 1991.

RICARDO DIAS DUARTE
Secretário

Primeira Turma

ATA DA 11a. (DÉCIMA PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1991

Presidência do Senhor Ministro Moreira Alves. Presen-
tes à sessão os Senhores Ministros Octavio Gallotti, Sepúlveda
Pertence e Celso de Mello.

Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Sydney
Sanches.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Moacir Antonio
Machado da Silva.

Secretário, Ricardo Dias Duarte.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos sen-
do lida e aprovada a ata da sessão anterior.

Julgamentos

HC 68.442-4 - DF

Rel.: Ministro Moreira Alves. Pacte.: Cláudio da Silva. Impte.: O mesmo. Coator.: Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo.

Decisão: Após os votos dos Exmos. Srs. Ministros Relator e Celso de Mello que conheciam do habeas corpus mas o indeferiam, pediu vista o Exmo. Sr. Ministro Sepúlveda Pertence. 1a. Turma, 26-03-91.

Decisão: Após o voto do Exmo. Sr. Ministro Sepúlveda Pertence, deferindo o habeas corpus e estendendo ao paciente os efeitos da decisão que concedeu a unificação das penas ao seu co-réu, foi indicado adiamento pelo Relator. 1a. Turma, 23-04-91.

HC 68.552-8 - SP

Rel.: Ministro Moreira Alves. Pacte.: Cláudio Vieira de Paula. Impte.: O mesmo. Coator.: Juiz da Vara das Execuções Criminais da Comarca de São Paulo.

Decisão: Habeas corpus não conhecido, determinando-se a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Unânime. 1a. Turma, 23-04-91.

HC 68.613-3 - DF

Rel.: Ministro Octávio Gallotti. Impetes.: Antonio Carlos da Silva, Marcio José da Silva e José Luiz da Silva. Coator.: Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo. Pactes.: Antonio Carlos da Silva, Marcio José da Silva e José Luiz da Silva.

Decisão: Habeas corpus não conhecido, nos termos do voto do Ministro-Relator. Unânime. 1a. Turma, 23-04-91.

Ag 137.000-9 - (AgRg) - SP

Rel.: Ministro Celso de Mello. Agte.: Wong Sin Tak (Adv.: Wesley Wagner de Brites). Agdo.: Lu Hui Chum (Adv.: Wilson Matos de Carvalho).

Decisão: Agravo regimental conhecido em parte e nela negado provimento. Unânime. 1a. Turma, 23-04-91.

Brasília, 23 de abril de 1991.

RICARDO DIAS DUARTE
Secretário

Divisão de Acórdãos

DÉCIMA (10a.) ATA DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS,
REALIZADA NOS TERMOS DO ART. 95 DO REGIMENTO INTERNO

São publicados os Acórdãos dos seguintes processos:

SS 303-8 (AgRg) - DF

Rel.: Min. Neri da Silveira. Agtes.: Hélio Gonçalves e outros (Adv.: Hélio Gonçalves e Eldi Rosin Stoffels). Agdo.: Procurador-Geral da República.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR
Fax: (061) 225-2046
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral em exercício

NELSON JORGE MONAIAR
Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSÉ EDMAR GOMES
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.686,00	Cr\$ 441,00	Cr\$ 1.653,00	Cr\$ 1.359,00
PORTE:	Cr\$ 11.814,00	Cr\$ 5.808,00	Cr\$ 21.384,00	Cr\$ 11.814,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
Telefone: (061) 226-2586
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

Decisão: Por unanimidade o Tribunal negou provimento ao a gravo regimental. Impedido o Sr. Min. Carlos Velloso. Plenário, 11.03.91.

EMENTA: Suspensão de Segurança. Decisões concessivas de segurança. Militares. ADCT, art. 89. Recursos extraordinários interpostos pela União. Execuções provisórias. Lei nº 4348, de 1964, art. 59, parágrafo único. Ameaça de grave lesão à ordem administrativa e à economia pública. Suspensão de Segurança deferida, com base no art. 297, do RISTF, e à vista do art. 49 da Lei nº 4.348/1964, para suspender os efeitos dos acordãos nos Mandados de Segurança, até o julgamento pelo STF dos recursos interpostos, ou a ocorrência do trânsito em julgado das decisões. De acordo com o art. 297, § 1º, do RISTF, não é obrigatória a audiência do impetrante, desde que a matéria se tenha por esclarecida no pedido de suspensão de segurança. Em suspensão de segurança, não se discute o mérito do mandado de segurança, mas, tão-só, se verifica a ocorrência, ou não, de qualquer das hipóteses previstas no art. 297 do RISTF, isto é, se da liminar ou da decisão, em mandado de segurança, resulta ameaça de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública. Compreende-se no conceito de ordem, ut art. 297 do RISTF, também a ordem administrativa. Despacho mantido. Agravo regimental desprovido.

Rcl 319-7 - PE

Rel.: Min. Sydney Sanches. Rclte.: Estado de Pernambuco (Adv.: Joaquim Correia de Carvalho Júnior). Rcldo.: Tribunal Superior do Trabalho.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 07.02.91.

Decisão: Por unanimidade o Tribunal julgou improcedente a Reclamação. Plenário, 04.04.91.

EMENTA: - Reclamação. Recurso de revista na Justiça do Trabalho. Matéria constitucional. Competência do Tribunal Superior do Trabalho.

1. Compete ao Tribunal Superior do Trabalho - e não ao Supremo Tribunal Federal - o julgamento de recurso de revista com alegação de ofensa à Constituição (art. 896, "c", da CLT, c/ a redação dada pela Lei nº 7.701, de 21.12.1988).

2. No processo trabalhista, ao Supremo Tribunal Federal só cabe o julgamento de recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, nas hipóteses previstas no art. 102, III, "a", "b" e "c" da Constituição Federal. Não, assim, contra decisão singular de Ministro daquela Corte, que indefere o processamento do recurso de revista.

3. Não configurada usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal, nem caracterizado desrespeito à autoridade de suas decisões (art. 56 do R.I.S.T.F.), julga-se improcedente a reclamação.

Pet. 337-3 - (Questão de Ordem) - GO

Rel.: Ministro Marco Aurélio. Repte.: FERNANDA COSTA JÚNIOR (Adv.: Marco Antonio Mundim e outro). Reqdo.: Rubens Ferreira da Costa.

Decisão: Por unanimidade, a Turma conheceu da Questão de Ordem, que lhe foi submetida pelo Sr. Ministro Relator, e a decidiu no sentido de julgar prejudicada a medida cautelar e, em consequência, insubsistente a liminar anteriormente deferida. 2a. Turma, 02.04.91.

EMENTA: - MEDIDA CAUTELAR - LIMINAR. Uma vez afastada a causa de pedir respectiva - no caso, a admissibilidade de recurso interposto para julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, como especial, com encaminhamento à Corte competente, dá-se o prejuízo do objeto da demanda cautelar, impondo-se declaração em tal sentido e no da insubsistência da liminar, extinguindo-se o processo com julgamento do mérito.

ACOR 343-1- MT

Rel.: Min. Aldir Passarinho. Autor.: Uiracy de Mattos e outros (Adv.: Salvador Pompeu de Barros Filho). Denunciado.: Estado do Mato Grosso (Adv.: Ivaldo Caetano Monteiro e José Ricardo Ferreira Lemos). Rê.: União Federal.

Decisão: Por unanimidade o Tribunal conheceu da questão de ordem apresentada e excluiu o Estado de Mato Grosso da relação processual, reconhecendo, em consequência, a incompetência do Supremo Tribunal e determinando a remessa dos autos à Justiça Federal de Primeiro Grau do Estado de Mato Grosso. Plenário, 01-2-91.

EMENTA: - Processual. Denúnciação à lide. Firmou o S.T.F. orientação no sentido de que, em "ações de indenização por desapropriação indireta, em que os autores são proprietários de gleba que alegam desapropriação indiretamente, não ocorre qualquer das hipóteses previstas no art. 70 do CPC. Assim, não sendo admitido o ingresso na lide de Estado-membro", que, não fosse isso ficaria litigando com outro Estado, inexistente razão para que a competência para processar e julgar a ação seja do Supremo Tribunal Federal.

ADIN - 404-2- DF (Medida Liminar)

Rel.: Min. Marco Aurélio. Repte.: Partido Democrático - Trabalhista PDT (Adv.: Jorge Alberto Pilar Bandarra). Reqdo.: Governador do Estado do Rio de Janeiro e Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 19-12-90.

AI-6918/90.3 (Ac. 3ª T-0494/91) 2ª Região

Relator: Ministro José Calixto Ramos

Agravantes: ADEMIR MARCELINO DE SOUZA E OUTROS

Advogados: Drs. Alino da Costa Monteiro e Ulisses Borges de Resende

Agravada: CIA. DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

Advogado: Dr. Eduardo Cacciari

Decisão: Unanimemente, negar provimento ao agravo.

Ementa: **ADICIONAL DE RISCOS DECORRENTES DE PERICULOSIDADE.** O Egrégio Regional decidiu que os reclamantes não faziam jus ao pretendido adicional de riscos. Arestos iservíveis e inespecíficos. Interpretação razoável de lei. Enunciado nº 221/TST. Matéria fática - Enunciado número 126/TST. Agravo desprovido.

AI-6929/90.4 (Ac. 3ª T-0496/91) 2ª Região

Relator: Ministro José Calixto Ramos

Agravante: FELIPE DEMIRA FRANZINE

Advogado: Dr. Maurício Ferreira dos Santos

Agravada: RICARDO DA SILVA HAYDU E CIA. LTDA

Advogada: Dra. Vilma Toshie Kutami

Decisão: Unanimemente, negar provimento ao agravo.

Ementa: **CARÊNCIA DE AÇÃO - MATÉRIA FÁTICA.** 1- O Egrégio Regional, acolheu a preliminar de carência de ação, julgando extinto o processo, sem o julgamento do mérito. 2- Arestos inespecíficos. 3- Matéria fática - Enunciado nº 126 do TST. 4- Agravo desprovido.

AI-7145/90.7 (Ac. 3ª T-0503/91) 2ª Região

Relator: Ministro José Calixto Ramos

Agravantes: BANCO ITAÚ S/A E OUTRO

Advogado: Dr. Ismael Gonzalez

Agravado: WALTER ANTÔNIO SALVITTI

Advogado: Dr. José Alberto Couto Maciel

Decisão: Unanimemente, negar provimento ao agravo.

Ementa: **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - IRRECORRIBILIDADE.** Apelo que esbarra no verbete sumular nº 214 do Colendo TST. Agravo não provido.

AI-7344/90.0 (Ac. 3ª T-0509/91) 1ª Região

Relator: Ministro José Calixto Ramos

Agravante: HUGO JOSÉ ALMEIDA GIUST

Advogado: Dr. Mauro Roberto G. de Mattos

Agravada: CIA. VALE DO RIO DOCE

Advogado: Dr. Flávio Citro Vieira de Mello

Decisão: Unanimemente, negar provimento ao agravo.

Ementa: **INEXISTÊNCIA DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO.** Contrariedade com o Enunciado nº 256 do TST não configurada, por envolver revisão de matéria fática. Inteligência do Enunciado nº 126 do TST. Arestos inespecíficos, outros genéricos, atrelando os termos dos Enunciados nºs. 23, 38 e 296 do Colendo TST. Agravo não provido.

ED-AG-RR-2498/89.4 (Ac. 3ª T-0769/91) 2ª Região

Relator: Ministro José Calixto Ramos

Embargante: ARTEFINA INDÚSTRIA DE CONFEÇÕES LTDA

Advogado: Dr. Oswaldo Sant'anna

Embargado: ACÓRDÃO 3ª TURMA Nº 04694/89

Advogado:

Decisão: Unanimemente, rejeitar os embargos declaratórios.

Ementa: Rejeito os presentes embargos de declaração, pois não há omis são sanável no conteúdo da decisão agravada.

RR-6045/90.7 (Ac. 3ª T-0241/91) 2ª Região

Relator: Ministro José Calixto Ramos

Recorrentes: BANCO REAL S/A E OUTRA

Advogado: Dr. Moacir Belchior

Recorrida: MARIA GILZA BEZERRA VIEIRA

Advogado: Dr. Ricardo Artur C.C. Trigueiros

Decisão: Unanimemente, não conhecer da revista.

Ementa: **CONDICÃO DE BANCÁRIA EMPREGADA EM EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS.** Decisão Regional em consonância com o Enunciado número 239 do TST e arestos inespecíficos. Revista não conhecida.

RR-6115/90.3 (Ac. 3ª T-0242/91) 2ª Região

Relator: Ministro José Calixto Ramos

Recorrente: COMÉRCIO E INDÚSTRIA GAFOR S/A

Advogado: Dr. Fausto Renato de Rezende

Recorrido: RAMIRO VERGILIO

Advogado: Dr. Marcos Schwartzman

Decisão: Unanimemente, não conhecer da revista.

Ementa: **DA PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DE DEFESA.** Óbice do Enunciado nº 296/TST. **DA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL.** Interpretação razoável que atrai a incidência do Enunciado nº 221 do TST. **DAS HORAS EXTRAS.** Exame de questão de cunho fático-probatório vedado pelo verbete sumular nº 126 desta Corte. **DO ÔNUS DA PROVA.** Jornada extraordinária-matéria não prequestionada no Regional - Óbice do Enunciado nº 297 do TST. Revista não conhecida.

RR-6418/90.0 (Ac. 3ª T-0245/91) 15ª Região

Relator: Ministro José Calixto Ramos

Recorrente: LABOR SERVIÇOS AGRÍCOLAS LTDA

Advogado: Dr. Emmanuel Carlos

Recorridos: DEMERCENDO LEME DE MORAIS E OUTROS

Advogado: Dr. Wilson José B. Júnior

Decisão: Unanimemente, não conhecer da revista.

Ementa: **DA PRESCRIÇÃO.** Ofensa ao art. 11 da CLT não verificada, ante as reiteradas decisões do Pleno desta Corte - Enunciado nº 42 do TST. **DO ENQUADRAMENTO DA RECLAMADA COMO INDÚSTRIA ACUCAREIRA.** Diferenças salariais. Revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos vedado pelo verbete sumular nº 126 do TST. **DAS HORAS "IN ITINERE".** Apelo que se encontra desfundamentado por não acostar arestos e nem apontar violação de lei. Revista não conhecida.

RR-7624/90.1 (Ac. 3ª T-0246/91) 1ª Região

Relator: Ministro José Calixto Ramos

Recorrente: ADELSON FERREIRA DA SILVA

Advogado: Dr. Emilson Baptista Alves

Recorrida: CASAS SENDAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A

Advogada: Dra. Elizabeth da Silva Pontes

Decisão: Unanimemente, não conhecer da revista.

Ementa: **DA COACÇÃO - MUDANÇA DO REGIME DA CLT PARA FGTS.** Apelo que pressupõe o reexame de fatos e provas da controvérsia, pois a alegada coacção não foi comprovada pelo Regional. Incidência dos verbetes nºs. 23 e 126 deste TST. Revista não conhecida.

RR-7692/90.9 (Ac. 3ª T-0247/91) 15ª Região

Relator: Ministro José Calixto Ramos

Recorrente: ERINEU CAOM

Advogado: Dr. Sid H. Riedel de Figueiredo

Recorrido: BANCO DO BRASIL S/A

Advogado: Dr. Deusdedit Dias da Rocha

Decisão: Unanimemente, conhecer da revista, por divergência e, no mérito, dar-lhe provimento para, em reformando a decisão regional, determinar que a complementação de aposentadoria proceda à base de 30/30 avos na forma do pedido inicial.

Ementa: **BANCO DO BRASIL - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.** Recurso conhecido a que se dá provimento para que se proceda a pretendida complementação à base de 30/30 avos, conforme notória e iterativa jurisprudência deste Tribunal Superior.

RR-8800/90.3 (Ac. 3ª T-0257/91) 2ª Região

Relator: Ministro José Calixto Ramos

Recorrente: LUZINETE RODRIGUES SOUZA

Advogado: Dr. Roberto Vandoni

Recorrida: CHOCOLATE JORDANENSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Advogado:

Decisão: Unanimemente, não conhecer da revista.

Ementa: **VERBAS RESCISÓRIAS - AVISO PRÉVIO - ABANDONO DE EMPREGO.** Decisão regional que está calcada no conjunto fático-probatório, obsta o conhecimento da revista, ante o que dispõe o Enunciado nº 126 do TST. Revista não conhecida.

RR-8815/90.3 (Ac. 3ª T-0258/91) 6ª Região

Relator: Ministro José Calixto Ramos

Recorrente: CIA. GERAL DE MELHORAMENTOS EM PERNAMBUCO

Advogada: Dra. Jaciara Valadares Gertrudes

Recorrido: SEVERINO FRANCISCO BARBOSA DA SILVA

Advogado: Dr. Eduardo Jorge Griz

Decisão: Unanimemente, conhecer da revista, por divergência, apenas quanto a prescrição e acréscimo de 1/3 (um terço) sobre as férias e, no mérito, negar-lhe provimento.

Ementa: **PRESCRIÇÃO** - Aplica-se a prescrição contida no art. 10, da Lei nº 5.889/73, vez que o trabalhador rural somente é considerado industrial para efeito de benefícios dos aumentos normativos. **ACRÉSCIMO DE 1/3 DO SALÁRIO SOBRE AS FÉRIAS.** Ação ajuizada após edição da atual Constituição Federal. As férias deferidas são devidas com o acréscimo de 1/3, pois a época a ser observada, para tal incidência é a do pagamento. Revista parcialmente conhecida mas a qual se nega provimento.

RR-10861/90.1 (Ac. 3ª T-0261/91) 1ª Região

Relator: Ministro José Calixto Ramos

Recorrente: CIA. HABITACIONAL DO ESPÍRITO SANTO - COHAB

Advogada: Dra. Myrce Maria C. Hermida Vilar

Recorrido: ANTONIO CARLOS RODRIGUES DE OLIVEIRA

Advogado: Dr. Hugo Gueiros Bernardes

Decisão: Unânime e preliminarmente, rejeitar o não conhecimento, arguido em contra-razões e, não conhecer da revista.

Ementa: **CORREÇÃO MONETÁRIA - OFENSA À COISA JULGADA.** Somente é admissível o recurso da revista em agravo de petição, quando demonstrada inequívoca ofensa ao texto constitucional. Inteligência do Enunciado nº 266 do TST. Revista não conhecida.

RR-11177/90.9 - (Ac. 3ª T-0262/91) 2ª Região

Relator: Ministro José Calixto Ramos

Recorrente: ISOERMÉTICA ISOLADORES HERMÉTICOS LTDA

Advogado: Dr. Ildélio Martins

Recorrida: ÂNGELA MARIA DE MIRANDA SOUZA

Advogado: Dr. João Alberto Celeguini

Decisão: Por maioria, não conhecer da revista, vencido o Sr. Ministro Roberto Della Manna.

Ementa: **DA CAPACIDADE CONTRATUAL E DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA.** Questão não prequestionada no Regional, e a não oposição de embargos declaratórios, atrai o óbice do Enunciado nº 297 do TST. Revista não conhecida.

RR-0918/89.0 (Ac. 3ª T-0060/91) 6ª Região

Relator: Ministro José Calixto Ramos

Recorrente: USINA TRAPICHE S/A

Advogado: Dr. José Antonio Corrêa de Araújo

Recorrido: AMARO FRANCISCO DE ASSIS SANTANA

Advogada: Dra. Maria do Rosário de Fátima Vaz Rodrigues Pereira

Decisão: Unanimemente, conhecer da revista, por divergência e, no mérito, negar-lhe provimento.

Ementa: **DA PRELIMINAR DE NULIDADE DO RECURSO POR CERCEAMENTO DE DEFESA.** A razoável aplicação da presunção decorrente da inobservância do art. 74 e seus §§ da CLT, não caracteriza o cerceio de defesa. **DA PRESCRIÇÃO.** Violação do art. 11 da CLT e corlito com o Enunciado nº 57 deste TST, que não ensejam a revista, pois a prescrição aplicada ao rurícola é aquela prevista no art. 1º da Lei nº 5.889/73. Revista não conhecida a que se nega provimento

Superior Tribunal Militar

Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

Aviso de recebimento de petição de Recurso Extraordinário apresentado à Secretaria, para fins de impugnação, de acordo com o artigo 148 do Regimento Interno.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 267-2/RJ

Recorrente: AILTON ANDRADE SILVA, civil
 Recorrida: A JUSTIÇA MILITAR FEDERAL
 Advogado: Dr. Afonso Jorge Ribeiro

Brasília, 24 de abril de 1991

EUFRÁSIO MATIAS SOUSA NETO
 Diretor-Geral

Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 15ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

Aos vinte e dois dias do mês de abril, de hum mil novecentos e noventa e um, às 17:00 horas, em audiência pública realizada no Gabinete da Presidência, na presença de LUIZ MALTA COELHO, Diretor da Diretoria

ria Judiciária, de ÂNGELO TABET, Supervisor da Seção de Processos Judiciários, de ERNESTO GUSTAVO SCHILD, Secretário-Geral da Presidência do STM, por S Exa o Gen Ex HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar, foram distribuídos, por sorteio os seguintes processos:

- HABEAS CORPUS

Nº 32.735-5-AM - Paciente: EDSON CARDOSO FARIA, Cb FN, preso, cumprindo pena imposta pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Conselho, pede a concessão da ordem para que lhe seja concedido o benefício do sursis, expedindo-se em seu favor o competente Alvará de Soltura. Impetrante: Dr Benedito de Jesus Pereira Tavares. RELATOR: Min Gen Ex Jorge Frederico Machado de Sant'Anna.

Nº 32.736-3-DF - Paciente: JOSE DÁRIONIZIO PEREIRA DA CRUZ, civil, preso sob a custódia da Superintendência Regional da Polícia Federal, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte da mencionada Superintendência, pede, liminarmente a concessão da ordem para que se jare laxada sua prisão, a fim de que solto possa responder à qualquer imputação que lhe venha ser irrogada. Impetrante: Drs Luiz Gustavo Mee do Nascimento e outro. RELATOR: Min Ten Brig do Ar George Belham da Motta.

Às dezessete horas e cinco minutos, foi encerrada a audiência.

SUELY MATTOS DE ALENCAR
 Secretária do Tribunal

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 046

- APELAÇÃO Nº 46.146-9 - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Advª Dra Ivone Cerqueira de Carvalho.
 - EMBARGOS Nº 45.996-4 - Relator Ministro Aldo da Silva Fagundes. Revisor Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Advª Drª Rosinete de Lima e Silva Medeiros.

REVISTA TRIMESTRAL DE JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Publicação mensal organizada pelo
 Serviço de Divulgação do STF
 e Editada pela Imprensa Nacional
 Reimpressão de números esgotados

Volume	Mês	Ano	Preço Cr\$
01 a 03	abril a dezembro	1957	90,00 (cada)
04 a 07	janeiro a dezembro	1958	90,00 (cada)
08 a 11	janeiro a dezembro	1959	90,00 (cada)
12 a 14	janeiro a setembro	1960	90,00 (cada)
106★ a 106★★★	outubro a dezembro	1983	140,00 (cada)
107★ a 110★★★	janeiro a dezembro	1984	140,00 (cada)
111★ a 114★★★	janeiro a dezembro	1985	140,00 (cada)
115★ a 116★★	janeiro a maio	1986	140,00 (cada)

Aquisições: Imprensa Nacional, através de remessa de cheque virado.

Importante mencionar CEP correto de sua Cidade ou Região
 SIG — Quadra 6, Lote 800 — CEP: 70604 — Brasília/DF.
 Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional
 Fones: (061) 321-5566 — R: 305 e 309 ou 226-2586; 226-6812

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

REVISTA TRIMESTRAL DE JURISPRUDÊNCIA

Volume 123★★ (Páginas 391 a 823) Fevereiro de 1988

Complete sua coleção

- Coleção das Leis da República Federativa do Brasil 1950 a 1989
- Ementário de Jurisprudência do TFR 1979 a 1988
- Jurisprudência Trabalhista do TST 1981 a 1989

- Revista do Tribunal Federal de Recursos 1974 a 1989
- Revista Trimestral de Jurisprudência do STF 1957 a 1989